

# SINTSPREV/MS OBTÉM CARTA SINDICAL

A partir de agora, não há mais dúvidas: oficialmente somente o Sintsprev/MS tem legitimidade jurídica para representar os Servidores Federais das áreas da Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social em Mato Grosso do Sul

Página 03

## SAÚDE INDÍGENA: CAOS TOTAL



No final de 2015, foram realizados dois encontros regionalizados para ouvir os(as) servidores(as) da Saúde Indígena em Mato Grosso do Sul. Após isso, o Sintsprev/MS foi investigar de perto as diversas denúncias que recebeu e constatou que a situação não só dos(as) servidores(as), mas de toda a saúde indígena em Mato Grosso do Sul é uma vergonha, um caos total.

Páginas 04 e 05

## SINTSPREV/MS COMPLETA 27 ANOS

Página 02

## Disputa pelo Poder leva o país à crise Política

Veja Editorial  
Página 02

## INSS CONCLUI PLANO DE AÇÃO/2016

Página 06

## JUSTIÇA LIMITA REAJUSTE DA GEAP EM 20%

Página 07



**ABRIL É O ÚLTIMO MÊS PARA SE FILIAR E CONCORRER  
A R\$ 5.000,00 EM PRÊMIOS.  
PREENCHA A SUA FICHA AGORA MESMO.**



## Editorial

A realidade política do Brasil é reflexo das últimas eleições, quando foi eleita uma maioria parlamentar conservadora, reacionária e elitista, com a qual a presidente Dilma Rousseff flertou, na ilusão de construir a governabilidade necessária para sustentar seu governo, optando por soluções políticas e econômicas totalmente opostas às forças populares que haviam assegurado sua vitória nas eleições.

Para agradar as elites neoliberais, Dilma fez profundas concessões na composição de seu governo, submetendo-se até mesmo a nomear Joaquim Levy, para o Ministério da Fazenda, adotando programas de ideário neoliberal, como o pacote fiscal, as privatizações e cortes orçamentários que levaram o país a recessão e a estagnação econômica.

Em decorrência, a presidente se tornou presa fácil das forças conservadoras e reacionárias, que com auxílio da grande mídia e do próprio judiciário, souberam explorar as denúncias de corrupção relacionadas a operação Lava Jato, para literalmente, acabar com o governo.

A direção do Sintsprev/MS manifesta sua posição de rejeição e de combate à política econômica adotada pelo governo federal, pois ela retira direitos trabalhistas e previdenciários, reduz o poder aquisitivo - em especial dos(as) servidores(as) públicos e diminui investimentos sociais, beneficiando, como sempre, empreiteiros, banqueiros e latifundiários.

De outro lado, também não defendemos o impeachment por entendermos que o Congresso Nacional, representado na figura de Eduardo Cunha, não tem qualquer legitimidade moral para julgar ninguém, muito menos para dar posse a um presidente não eleito, como é o caso de Michel Temer.

Não podemos nos iludir achando que substituir Dilma por Aécio Neves, Eduardo Cunha, Álvaro Dias, Renan Calheiros, Alckmin, Michel Temer, dentre outros, vai melhorar a nossa vida, pois todos, defendem as mesmas coisas e estão a serviço das mesmas forças sociais. É tudo farinha do mesmo saco!

Entendemos que o movimento político que tem orientado e dirigido as manifestações pelo impeachment da presidente Dilma, é comandado pelas elites oligárquicas e pelo setor financeiro do nosso país, que buscam a qualquer custo, retomar o controle do governo para, através deste, fazer prevalecer seus interesses sobre a sociedade.

Uma coisa é certa: os interesses desses grupos não são os mesmos que os nossos, servidores(as) públicos e trabalhadores(as) em geral.

A classe trabalhadora precisa voltar a construir suas próprias alternativas, seu próprio caminho.

# SINTSPREV/MS COMPLETA 27 ANOS



O Sintsprev/MS foi criado no 3º Congresso Estadual da ASPS/MS (Associação dos Servidores da Previdência Social em Mato Grosso Sul), realizado no período de 30/03 a 02/04/1989, na cidade de Corumbá-MS, com o propósito de representar não apenas os "Previdenciários", mas de todos os(as) trabalhadores(as) da Saúde e da Previdência no Estado.

Foi com esse entendimento que no ano seguinte os(as) servidores(as) da antiga Sucam, optaram por extinguir a ASESU e aderir ao Sintsprev/MS.

Em pouco tempo o Sintsprev/MS se tornou referência no movimento sindical no Estado como um Sindicato combativo e de luta, assumindo o papel de vanguarda na organização dos(as) trabalhadores(as) das mais diversas áreas em Mato Grosso do Sul.

### Momento de Reflexão

Embora muitas coisas positivas tenham acontecido ao longo desses 27 anos, aconteceram também erros políticos e administrativos que precisam ser reparados, alguns afe-



tando inclusive a vida pessoal de lideranças sindicais da nossa categoria.

Acreditamos que 27 anos de existência são suficientes para se alcançar a maturidade política necessária para que sentimentos de mágoa, de injustiça e as decepções que muitos(as) filiados(as), militantes e lideranças da categoria sofreram ao longo desse tempo, não continuem prevalecendo, em detrimento da Entidade.

É chegada a hora de retornar as origens e fazer renascer o espírito que deu luz e inspiração ao nascimento do nosso Sintsprev/MS. Não existe presente sem passado.

É hora de iniciar uma nova página na história do nosso Sindicato. A nova página está em branco e a caneta à sua disposição...



### Primeira Diretoria do Sintsprev/MS (Provisória) De 02/04/1989 à 02/04/1990

Como forma de homenagear e de manifestar o nosso respeito a todas pessoas que de alguma forma contribuíram, direta ou indiretamente, para a criação do nosso Sindicato, publicamos nesta edição a composição da primeira Diretoria Provisória do Sintsprev/MS, eleita no dia 02 de abril de 1989, ao final do Congresso de sua criação.

Presidente	Anita Terezinha Nunes Borba	INPS - Campo Grande
Vice-Presidente Regional I	Fernando Augusto Gomes	INAMPS - Aquidauana
Vice-Presidente Regional II	Neide Aparecida da Silva Cabanha	INAMPS - Três Lagoas
Vice-Presidente Regional III	José Tadeu Vieira Pereira	IAPAS - Corumbá
Vice-Presidente Regional IV	Gustavo Adolfo Nunes	
Secretário Geral	Renato Nogueira	INAMPS - Campo Grande
1º Secretário	Jairo Nóbrega	INAMPS - Campo Grande
1º Tesoureiro	Rui Cavalheiro Barbosa	INAMPS - Campo Grande
2º Tesoureiro	Djanir Vieira de Moraes	IAPAS - Campo Grande
Departamento de Políticas Sociais	Suely Massa	INAMPS - Campo Grande
Departamento de Formação Política Sindical	José Henrique Vieira Martini	INPS - Campo Grande
Departamento de Imprensa e Divulgação	Carlos Augusto Ferreira Sá	INAMPS - Campo Grande
Departamento Sócio-Cultural	Edgar Leite Ramos	INAMPS - Campo Grande
Departamento Jurídico	Geisa Inês Barbosa	INPS - Campo Grande



# SINTSPREV/MS OBTÉM CARTA SINDICAL

## A partir de agora, oficialmente, apenas o Sintsprev/MS representa a categoria

O Sintsprev/MS foi criado em 30 março de 1989 e devidamente registrado em Cartório, todavia, faltava obter o chamado Registro (Carta) Sindical, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme determina o artigo 8º, inciso I, da Constituição Federal.

Finalmente, no dia 14/03/2016, foi concedida a concessão desse Registro, reconhecendo o Sintsprev/MS como único representante sindical oficial dos Servidores Federais da Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social em Mato Grosso do Sul. O ato foi publicado no Diário Oficial da União - DOU, nº 49, Seção 1, pag. 83. Ou seja, a partir de agora, não há

mais dúvidas: oficialmente somente o Sintsprev/MS tem legitimidade jurídica para representar os servidores dessas áreas em Mato Grosso do Sul.

Nada impede que algum(a) servidor(a) se mantenha filiado(a) a outro sindicato, todavia, nenhuma outra entidade terá legitimidade jurídica para representá-lo(a).

A Direção do Sintsprev/MS aproveita a oportunidade para convidar àqueles que ainda não são filiados(as) para iniciarmos um processo de discussão, de forma que possamos superar divergências e construir juntos uma nova página na história do nosso Sindicato.

### Veja abaixo a íntegra da publicação:

**"O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 286/2016/CGRS/SRT/MTPS, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINTSPREV-MS - Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social em Mato Grosso do Sul, Processo 46312.005111/2012-31, CNPJ 00.864.280/0001-86, para representar os "Trabalhadores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Ativos, Aposentados)", no Estado do Mato Grosso do Sul; EXCLUIR a categoria "Trabalhadores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Ativos, Aposentados)", no Estado do Mato Grosso do Sul, da representação do SINDSEP - Sindicato dos Servidores Públicos Federais, Processo 35740.003133/92-03, CNPJ 37.225.760/0001-07; e excluir também a categoria "Trabalhadores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Ativos, Aposentados)", no Estado do Mato Grosso do Sul, da representação UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, Processo 24000.004348/89-11, CNPJ 33.721.911/0001-67. «**

**MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO**



## O QUE É CARTA SINDICAL

A Carta ou Registro Sindical é o ato de concessão, pelo qual o Poder Público reconhece e declara oficialmente qual entidade sindical tem legitimidade jurídica para representar e determinada categoria

A Constituição Federal, em seu Artigo 8º, inciso I, estabelece que a Lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, que no caso é o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A Súmula 677, do Supremo Tribunal Federal, estabelece caber ao Ministério do Trabalho proceder ao registro das entidades sindicais e zelar pela observância do princípio da unicidade sindical, que impõe o reconhecimento de apenas um único sindicato por categoria.

De acordo com o STF, "o registro do Sindicato no Ministério do Trabalho e Emprego é o ato que o legítima à representação de determinada categoria e a negociação coletiva, habilitando-as para a prática de atos sindicais".

**SINTSPREV-MS**  
Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social de MS

**(67) 3028-1057**

**WWW.SINTSPREV-MS.ORG.BR**

Rua Salim Maluf nº69 - Bairro Bandeirante  
CEP 79006-450 - Campo Grande-MS





# SAÚDE INDÍGENA: CAOS TOTAL

No final de 2015, o Sintsprev/MS, em conjunto com o Sindsep/MS, promoveu dois encontros regionalizados para ouvir os servidores da Saúde Indígena em Mato Grosso do Sul.

Após isso, o Sintsprev/MS foi investigar de perto as diversas denúncias que recebeu e constatou que a situação não só dos servidores, mas de toda a saúde indígena em Mato Grosso do Sul é uma vergonha, um caos total.

A pressão e a cobrança da comunidade indígena para o atendimento de suas necessidades, frente a incompetência do DSEI/SESAI/MS em resolver os problemas institucionais, tem levado a muitos conflitos entre chefes e servidores(as), causando um ciclo permanente de profundo estresse, esgotamento físico e mental entre todos.

O que se vê, são chefes e servidores(as) estressados(as), sobrecarregados(as) de responsabilidades, prestes a entrar em colapso.

## SERVIDORES DO QUADRO SÃO 'DESCARTADOS'

Nos últimos anos instalou-se uma política institucional visando a terceirização na Saúde Indígena em Mato Grosso do Sul. Deliberadamente, os servidores do quadro passaram a ser desvalorizados e desestimulados(as), com o propósito de fazê-los(as) desistirem de continuar trabalhando na saúde indígena. Muitos(as), inclusive, pediram para sair.

Os poucos que ainda resistem, estão sendo perseguidos(as), humilhados(as) e pressionados(as) para sair da Saúde Indígena. Muitos(as) servidores(as) do quadro foram afastados de suas atividades e ficam apenas cumprindo expediente.

Alguns inclusive chegaram a ser comunicados pelas chefias que seriam colocados a disposição do município. Dentre as várias denúncias apuradas pelo Sintsprev/MS, há casos de servidores que estão impedidos de trabalhar.

Enquanto os(as) servidores(as) do quadro levam quatro/cinco meses para receber suas diárias de viagem, os terceirizados recebem antecipado.

O DSEI/MS chegou ao cúmulo de inventar Relatório de atividades, destinado a dificultar o recebimento da GACEN, fazendo disso uma arma para obter submissão e obediência dos(as) servidores(as).

Enquanto isso, funcionários(as) terceirizados são contratados(as) para executar funções que até então eram desempenhadas por esses(as) servidores(as).

É uma covardia o que estão fazendo com os(as) servidores(as) concursados(as) da Saúde Indígena. É preciso respeitar a história desses(as) servidores(as), pois foi graças ao seu trabalho, a sua dedicação e seu ao sacrifício que se construiu e se estruturou a Saúde Indígena em Mato Grosso do Sul.



## Falta de manutenção nas viaturas

Conforme denúncia feita pelos(as) servidores(as) ao Sintsprev/MS e que foram averiguadas conforme demonstram as fotos, vários veículos estão parados por falta de manutenção, pagamentos dos serviços e alguns não têm mais condições de uso.

Ao que se sabe, a frota da Sesai hoje é de 183

veículos, sendo que os que estão em condições de uso são 89, sendo que: 16 em Amambai; 10 em Douradas; 01 em Corumbá; 06 em Aquidauana; 02 na Casai Dourados; 12 na DSEI; 06 em Tacuru; 05 em Antônio João; 05 em Miranda; 03 em Sidrolândia; 11 em Iguatemi; 01 em Brasilândia; 03 na CASAI de Campo Grande; 03 em Caarapó; 03 em Paranhos e 02 em Bonito.

## SUBCONTRATAÇÃO DE OFICINAS

A empresa Taurus venceu a licitação de manutenção das viaturas, mas como não tem oficina própria, repassa os serviços para terceiros. Trata-se da subcontratação, que embora proibida é praticada desde o momento da licitação com pleno conhecimento e anuência do DSEI/MS.

Mas pior ainda é que boa parte dessas oficinas está sem receber pelos serviços prestados desde março

de 2015. Pelo que foi possível apurar, apenas os consertos com valores de até R\$ 2.000,00 estão sendo pagos. O restante ninguém sabe informar quando será pago.

Pelo que apuramos, há oficinas que estão há quase um ano sem receber pelos serviços prestados, sendo que há dentre essas algumas que tem mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para receber.

# A QUEM INTERESSA A TERCEIRIZAÇÃO DA SAÚDE INDÍGENA

A terceirização interessa aqueles que não querem dar satisfação do que é feito com o dinheiro público. Interessa àqueles que querem mandar e ser obedecidos sem questionamentos. Interessa àqueles que querem empregar pessoas sem pessoas indicadas por políticos, parentes e apadrinhados.

Os(as) servidores(as) do quadro não aceitam ser capachos, pois sabem que não estão no serviço público em troca de favor. Sua dignidade não está a venda. Eles sabem que não podem e não devem ser

coniventes com coisas erradas.

A terceirização representa a precarização das relações de trabalho, pois ela retira da pessoa o direito de se manifestar contra as arbitrariedades, contra o desmando e contra o autoritarismo. Afinal, sem qualquer razão ou justificativa ela pode ser demitida, por mero capricho daquele que detém o poder de mando.

A terceirização na Saúde Indígena representa abrir mão da dignidade e do respeito a pessoa humana.

## Assédio Moral, Arbitrariedade e Autoritarismo

Os(as) servidores(as) do DSEI/MS / SESAI (Ministério da Saúde) estão sendo assediados(as) moralmente, submetidos(as) a difamação, abusos verbais, agressões, tratamento frio, impessoal e discriminatório.

No DSEI/MS quem manda, desmanda e decide tudo são pessoas de fora do quadro, mas a Lei exige que contratos, autorização e pagamento de despesas, dentre outros, necessariamente tem que ser feitos por servidores(as) do quadro.

Em decorrência dessa situação, constatamos casos onde o(a) servidor(a) concursado(a) teve que passar a sua senha pessoal de autorização de conserto de veículos para o seu chefe, que sequer é

servidor(a) do quadro. Ou seja: a senha é do(a) servidor(a), mas quem autoriza os serviços é um(a) terceirizado(a).

Há também um caso denunciado ao Ministério Público Federal em que uma servidora, ocupante de cargo de chefia do setor financeiro, foi EXONERADA porque se recusou a continuar cumprindo ordem do comando do DSEI de continuar pagando notas fiscais de uma empresa cujo contrato estava vencido.

Como castigo por sua "petulância", a servidora foi EXONERADA do cargo e colocada para cumprir expediente numa sala sem computador, sem ar condicionado e impedida de exercer qualquer atividade.

## ALERTA: RISCO DE MORTES

Servidores(a), terceirizados(as) e equipes de saúde paradas, sem poder se deslocar até as aldeias por falta de veículos ou porque estes estão encostados nos pátios ou nas oficinas mecânicas, de onde não podem sair por falta de recursos para pagamento.

Os mais afetados por essa situação caótica e insustentável são os(as) trabalhadores(as) e a comunidade indígena, que

quadro que não querem trabalhar.

A comunidade indígena já realizou vários protestos desde o início do ano. Os servidores denunciaram ao Sindicato a absoluta falta de condições para atender as demandas da população Indígena, mas até o momento, nada foi feito de concreto para resolver efetivamente a situação. O Sintsprev/MS está alertando: pessoas podem morrer por falta de atendimento.

## Terceirizados

126 MOTORISTAS CONTRATADOS

89 TOTAL DE VIATURAS FUNCIONANDO

37 TERCEIRIZADOS PARADOS E RECEBENDO SALÁRIO



## ORÇAMENTO ANUAL É DE \$\$\$ 22 MILHÕES

De acordo com informações levantadas pelo Sintsprev/MS, o orçamento do DSEI/MS, para o ano de 2015, foi de R\$ 22 milhões de reais. Desse montante, todavia, foram gastos cerca de R\$ 19 milhões de reais. Isso sem contar os salários dos servidores do quadro que são pagos diretamente pelo Ministério da Saúde.

Essa situação é no mínimo estranha, pois antigamente, quando o orçamento era muito menor não aconteciam situações dessa magnitude, sem contar que a qualidade da prestação dos serviços e o atendimento a comunidade indígena eram muito melhores.

## Fica a pergunta: o que está sendo feito com o dinheiro da Saúde Indígena?



# INSS CONCLUI ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO/2016

No dia 18 de março, em Brasília-DF, foi realizada reunião do Grupo de Trabalho sobre o Plano de Ação 2016 do INSS. O evento foi a conclusão das discussões feitas nos Seminários Regionais. Participaram do evento todos os diretores do INSS, além de representantes das entidades sindicais nacionais e representantes eleitos nos Seminários Regionais.

O debate sobre o Plano de Ação foi uma reivindicação das entidades sindicais os durante a última greve da categoria. Durante a realização dos seminários regionais os(as) servidores(as) apresentaram suas propostas apontando para o fim da utilização de indicadores como instrumentos de assédio moral.

Fonte: Fenaps



## ÓRGÃO FIRMARÁ CONVÊNIO COM O SUS PARA REALIZAR PERÍCIA MÉDICA

Decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União de 15/03/2016, possibilita ao INSS celebrar convênios, contratos não onerosos ou acordos de cooperação técnica para realização de avaliação pericial por profissional médico de órgãos e entidades públicos do SUS.

Um ato conjunto dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social e da Saúde regulamentará a realização da cooperação entre o INSS e os órgãos do SUS, além de estabelecer quais cidades serão atendidas, os médicos que serão designados e os tipos de benefícios abrangidos.

A partir de então, concessão ou prorrogação do auxílio-doença será dada após a realização de avaliação pericial ou recebimento da documentação médica do segurado, sendo que o benefício será concedido com base no período de recuperação indicado pelo médico assistente (médico público ou particular que trata do segurado).

O INSS poderá convocar o(a) segurado(a) em qualquer hipótese e a qualquer tempo para avaliação pericial, podendo ainda estabelecer, o prazo que entender suficiente para a recuperação da capacidade para o trabalho do segurado. O INSS admite que faltam peritos e estrutura para atender a população. Os peritos dizem que não têm estrutura nem espaço físico para fazer as perícias.

O decreto também prevê a possibilidade de concessão de benefício por incapacidade, como auxílio-doença, com base no atestado médico do segurado, emitido pelo médico assistente (médico público ou particular que trata do segurado). Essa medida valerá para os casos de pedido de prorrogação de benefício para segurados(as) empregados(as) e para os(as) segurados(as) que estiverem internados em unidade de saúde e, portanto impedidos de se deslocar a um posto do INSS.

## PROPOSTAS INCLUÍDAS NO PLANO DE AÇÃO

✓ Os indicadores pactuados não serão utilizados para aferições não previstas no Plano de Ação.

✓ Garantia de realização de reuniões mensais, assegurada a participação efetiva de todos os servidores em data reservada para tal fim.

✓ A referida data deverá ser divulgada previamente.

✓ Garantir a capacitação contínua de todos os servidores.

✓ Garantir a efetiva participação de todos os servidores na construção, proposição e execução do Plano de Ação.

✓ Valorização de todos os servidores pelos conhecimentos e habilidades adquiridas.

✓ Valorização da equipe de gestores e formação contínua em gestão.

✓ Valorização da realidade local.

✓ As reuniões de proposição das metas nas APS deverão ser realizadas com a presença de toda a equipe, cabendo à instituição viabilizar e aos gestores incentivar a participação e efetiva realização.

✓ Na definição das metas mensais dos indicadores a análise situacional da unidade deve ser fator preponderante.

✓ Referencial: período julho/2014 a junho/2015.

✓ A definição e homologação das metas fora do padrão implicará em justificativas / esclarecimentos adicionais por parte de todos os gestores envolvidos no processo APS/GEX/SR/AC considerando as premissas.

✓ Reunião Trimestral presencial de avaliação entre GEX/APS, SR/GEX e AC/SR.

✓ Garantir ambiente e organização de trabalho saudável e seguro para os servidores.

✓ O Plano de Ação priorizará metas com foco no cidadão, missão e visão de futuro.

✓ Promover a comunicação eficaz entre os níveis de gestão e servidores, disseminando boas práticas.

✓ Foco na melhoria das condições de trabalho (sistema, infraestrutura, e outros recursos) como meio de aperfeiçoar os serviços prestados a população.

✓ Compromisso com a fidelidade entre os resultados alcançados e a capacidade operacional das unidades, garantindo a autonomia da gestão e a readequação no provimento de recursos frente as demandas não previstas.

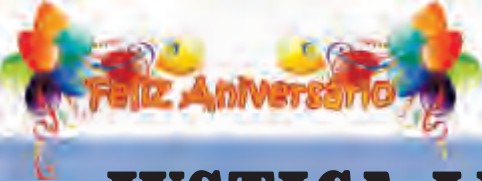
✓ Excluir a "garantia de manutenção dos resultados atingidos" (trocar pelo texto acima)

✓ A execução do Plano de Ação deverá observar critérios de responsabilidade socioambiental.

## INSS pretende contratar novos servidores ainda este ano

O INSS pretende iniciar as nomeações já no segundo semestre de 2016. As provas objetivas estão marcadas para o dia 15 de maio. Ao todo são 950 vagas, sendo 800 para o cargo de técnico do seguro social, que exige ensino médio completo, e 150 para o cargo de analista, para o qual é exigido nível superior em serviço social e registro no conselho de classe.

A previsão de iniciar as contratações ainda em 2016 constava do cronograma do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) em junho do ano passado, na abertura do concurso. As remunerações brutas correspondem a R\$ 5.344,87 para técnico e a R\$ 7.954,09 para analista, já incluso o auxílio-alimentação de R\$ 458,00.



# JUSTIÇA LIMITA REAJUSTE DA GEAP EM 20%

## Filiados do Sintsprev/MS são beneficiados por liminar judicial obtida pela FENASPS

Da mesma forma que outras entidades sindicais de representação nacional, a CNTSS-CUT, entidade a qual o Sintsprev/MS é filiado, também ajuizou ação judicial, com pedido de liminar, para tentar barrar o absurdo reajuste promovido no valor dos planos de saúde pela GEAP.

Tendo em vista a obtenção de uma liminar pela FENASPS, limitando o reajuste da GEAP em 20%, a CNTSS-CUT entrou em acordo com FENASPS para que os filiados dos sindicatos da base da CNTSS também fossem incluídos na relação de beneficiados.

Em decorrência, o Sintsprev/MS enviou para a FENASPS a relação de todos(as) os seus(suas) filiados(as), independente do órgão em que trabalham, para inclusão no rol dos representados na ação judicial

### REUNIÃO COM A GEAP

Após a expedição da liminar a FENASPS manteve contato com a GEAP, obtendo a informação que os efeitos da liminar somente serão aplicados para os titulares e dependentes do plano e que a inclusão dos agregados será discutida no

processo, pois a liminar não reconhece a cobertura da para esses beneficiários.

A Geap informou que não houve tempo para alterar os valores dos descontos na folha de pagamento do mês de março, pois foi notificada da decisão judicial no dia 11/03, e nesta data o sistema já estava fechado para as consignatárias efetuarem lançamentos. Em decorrência disso, a adequação dos valores das contribuições ao percentual estabelecido na liminar somente será possível ser efetivado na folha de pagamento do próximo mês (abril), cujo salários são pagos no começo de maio.

**ACESSE O SITE WWW.SINTSPRE-MS.ORG.BR, PREENCHA E IMPRIMA A SUA FICHA DE FILIAÇÃO E ENCAMINHE PARA O SINDICATO AGORA MESMO.**

**ABRIL É O ÚLTIMO MÊS PARA SE FILIAR E CONCORRER A R\$ 5.000,00 EM PRÊMIOS.**

## Quem contribuiu com o PIS/PASEP até 1988 pode ter saldo para resgate

Pessoas com 70 anos ou mais e aposentados que contribuíram para o PIS ou PASEP até 4 de outubro de 1988, podem ter valores passíveis de saque no PIS-PASEP. Já as contribuições feitas a partir do dia 5 de outubro de 1988 não são passíveis de resgate, pois houve mudança da Legislação

do sistema.

Para saber se há saldo no PASEP, é necessário procurar o Banco do Brasil. Já no caso de PIS, deve-se procurar a Caixa Econômica Federal. Em caso de morte do titular, o resgate poderá ser efetuado pelos sucessores.

## ELEITOS DELEGADOS PARA O CONGRESSO DA CNTSS

O Sintsprev-MS realizou dia 18 de março, na sede da entidade e entre as deliberações dos informes gerais, também foram eleitos(as) os(as) delegados(as) que participarão do 7º Congresso Nacional da CNTSS/CUT acontece nos dias 30 e 31 de maio e 01 de junho de 2016, em São Paulo, e reunirá diretores(as) sindicais vindos de todos os Estados. O tema proposto para esta edição será "A Seguridade Social no atual cenário do Brasil".

O debate tem as seguintes pauta: conjuntura nacional e internacional, balanço político e organizativo da Confederação, aprovação do Plano de Lutas, eleição e posse da nova Direção para o triênio 2016 / 2019, além de discutir alteração estatutária. Delegados(as) eleitos(as): Adiney de Moura Matos; Élio de Araújo de Oliveira; Maria Helena Faria; Nivaldo Gonçalves dos Reis; Luzia Japira Alves Pereira e Joaquim Valter de Carvalho.

## LICENÇA-PATERNIDADE DE 20 DIAS NÃO ABRANGE SERVIDORES PÚBLICOS

A Lei 13.257/16, que permite a ampliação do período da licença-paternidade no país de cinco para 20 dias será facultativa e abrange apenas as empresas que fizerem adesão ao programa Empresa Cidadã. Por consequência, os servidores públicos estão excluídos da ampliação e continuam com os atuais 5 dias.

A proposta faz parte do chamado "Marco Regulatório da Primeira Infância", que considera primeira infância o período dos primeiros seis anos de vida da criança, e estabelece princípios para a implementação de uma série de políticas públicas para esta faixa etária.

O benefício também vale para quem adotar ou obtiver guarda judicial

para fins de adoção. Além da licença-paternidade maior, o pai terá direito a até duas folgas remuneradas para acompanhar a gestante em consultas médicas e um dia por ano para levar o filho de até 6 anos ao médico.

O Marco Legal da Primeira Infância ainda deve passar por uma regulamentação, que deve esclarecer alguns pontos práticos das mudanças propostas na lei, como, por exemplo, que programas educativos o pai deverá fazer para ter direito à licença maior.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN), relatora do projeto, informou que deverá protocolar novo projeto para que os 20 dias de licença-paternidade sejam concedidos também aos servidores públicos.

**DELEGACIA SINDICAL DE AQUIDAUANA EM NOVO ENDEREÇO:  
RUA MANOEL ANTÔNIO PAES DE BARROS N 961 - CENTRO**



### PRESTAÇÃO DE CONTAS ACUMULADA DE FEVEREIRO E MARÇO/2016

Saldo bancário anterior (31/01/2016)	1.759,16
Receita Mensalidades Filiados	109.385,04
Rendimento aplicação financeira	485,02
Receita Honorários Ações Judiciais	873,84
Total despesas pagas no mês	101.488,82
Saldo bancário em 31/03/2016	9.255,08
<b>DESPESAS PAGAS</b>	
Ajuda de Custo - viagens diretores	230
Assessoria de Imprensa - jornalista	3.000,00
Assessoria de Informática	5.100,00
Assessoria Jurídica	18.000,00
Caravana Brasília - DF	3.720,00
Combustível	880,42
Contador	2.270,00
Correios	1.015,72
CUT	9.314,10
Contribuição Eleições Sindicais	4.500,00
Coroa fúnebre - falecimento filiado	230
Custas processuais	123
Delegacia Sindical Aquidauana	2.295,32
Delegacia Sindical Dourados	7.655,70
Delegacia Sindical Corumbá	1.300,00
Delegacia Sindical Tres Lagoas	138,5
Delegacia Sindical Rio Verde	719,29
Dia internacional das Mulheres -	840,88
Diarista - limpeza	670
FGTS	1.152,27
Fundo Reserva Congresso Estadual	11.000,00
Fundo Reserva Campanha Salarial/2017	5.000,00
Funcionários	9.866,00
Gráfica	2.950,00
Inscrição Partic. Congresso Rede Unida	360
INSS	5.183,86
Manutenção prédio (água, luz, alarme, etc)	1.694,32
Recadastramento Consignatária - Sigepe	326,74
Recol. Cont. Sindical Funcionários	38,45
Reunião Diretoria	557,5
Taxas bancárias	172,69
Telefone Celular	781
Telefone fixo	403,06
<b>TOTAL</b>	<b>101.488,82</b>

## Diretora participa do 12º Congresso Internacional da Rede Unida

De 21 a 24/03 foi realizado o 12º Congresso Internacional da Rede Unida realizado no Campus da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Cerca de quatro mil congressistas, vindos das cinco regiões do país e do exterior, puderam trocar experiências, debater temas sobre a Saúde e Educação, além de atividades culturais.

O Sintsprev/MS esteve representado no evento, com a participação da diretora Luzia Japira Alves Pereira e do servidor Valmir dos Santos Silveira.



do Congresso em que está reafirmado o compromisso radical de defender a democracia e combater a violência física, moral ou institucional, a intolerância, o preconceito, a discriminação ou qualquer tipo de ação que vise retrocessos nas políticas sociais.

No encerramento foi lida a Carta de Campo Grande, aprovada pelos congressistas, como documento oficial

Após a leituras e aprovação de ambas as cartas, foram entregues os prêmios para os melhores trabalhos.

## EVENTOS EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

No mês de março as diretoras do Sintsprev/MS Lucineide Miranda de Sousa, Adiney de Moura Matos e Luzia Japira Alves Pereira participaram de várias atividades do calendário de lutas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.



**08 de março** Solenidade em comemoração ao "Dia Internacional da Mulher, na Assembleia Legislativa. As mulheres do Coletivo Dorcelina Folador com cartazes e faixas pediram que seja retomado ou façam um novo projeto, sobre prevenção a abusos contra as mulheres, dentro do transporte coletivo, que foi vetado pelo governador Reinaldo Azambuja (PSDB) e depois arquivado na Assembleia.

**08 de março** Ato Unificado Dorcelina Folador, na Avenida Afonso Pena, esquina com a Rua 14 de Julho, em Campo Grande. As bandeiras de luta defendidas no ato incluíram, dentre outros o fim da violência e o combate ao ajuste fiscal e à reforma de Previdência.

